

Percepção, interesse e conhecimento de docentes de fisioterapia sobre a ética na profissão

Átila Barros Magalhães¹, Monique Natálie Silva Pereira², Bruno Nonato Pedroso Nascimento³, Mardson Danilo Sousa de Lima⁴, Rafaela Okano Gimenes⁵, Renato da Costa Teixeira⁶

Resumo

Este estudo objetivou avaliar aspectos relacionados ao interesse, percepção e níveis de conhecimento sobre ética em fisioterapia entre docentes da área de uma universidade pública na Amazônia brasileira. Participaram 18 professores, que responderam às 21 questões distribuídas nos eixos “interesse”, “percepção” e “níveis de conhecimento”. Os dados foram trabalhados em frequência absoluta e relativa. No eixo “interesse”, 77,77% (n = 14) indicaram a Internet como principal fonte de atualização sobre ética em fisioterapia. Em termos de “percepção”, 94,44% (n = 17) consideraram a postura ética dos alunos em suas avaliações. Quanto aos “níveis de conhecimento”, 83,33% (n = 15) erraram ao dizer que a prescrição terapêutica só pode ser instituída depois da consulta. Portanto, é necessário aprofundar o conhecimento e estimular a reflexão ética dos docentes sobre sua postura ética, tendo em vista o próprio crescimento e a formação dos discentes.

Palavras-chave: Ética. Fisioterapia. Docentes.

Resumen

Percepción, interés y conocimiento de docentes de fisioterapia sobre la ética en la profesión

Este estudio tuvo como objetivo evaluar aspectos relacionados con el interés, la percepción y los niveles de conocimiento sobre la ética en la fisioterapia entre los profesores de esta carrera en una universidad pública de la Amazonia brasileira. Participaron 18 profesores que respondieron al cuestionario de 21 preguntas distribuidas en los ejes de “interés”, “percepción” y “niveles de conocimiento”. Los datos fueron trabajados en frecuencia absoluta y relativa. En la escala de “interés”, el 77,77% (n = 14) indicó a Internet como la fuente principal de actualización sobre la ética en fisioterapia. En términos de “percepción”, el 94,44% (n = 17) consideró la postura ética de los estudiantes en sus evaluaciones. En cuanto a los “niveles de conocimiento”, el 83,33% (n = 15) se equivocó al decir que la prescripción del tratamiento sólo puede establecerse después de la consulta. Por lo tanto, es necesario profundizar en el conocimiento y estimular la reflexión ética de los profesores sobre su postura ética, teniendo en cuenta su propio crecimiento y la formación de los alumnos.

Palabras clave: Ética. Fisioterapia. Docentes.

Abstract

Perception, interest and knowledge of physiotherapy faculty regarding professional ethics

This study aimed to evaluate aspects relating to interest, perception and knowledge levels regarding ethics in physiotherapy among lecturers of this course at a university in the Brazilian Amazon region. Eighteen lecturers participated and responded to 21 questions divided in sections related to “interest”, “perception” and “knowledge levels”. The data was considered in terms of absolute and relative frequency. In the “interest” section, 77.77% (n = 14) indicated internet as a primary source of updates regarding the issue of ethics in physiotherapy. In the “perception” section, 94.44% (n = 17) considered the ethical behavior of students in their evaluations. Regarding “knowledge levels”, 83.33% (n = 15) erred to say that treatment prescription can only be established after an appointment. Therefore, it is necessary to enhance knowledge and stimulate ethical considerations of lecturers regarding their ethical behavior for their own growth and the training of students.

Keywords: Ethics. Physical therapy specialty. Faculty.

Aprovação CEP/Uepa CAAE 37649114.8.0000.5168

1. **Mestrando** atila.barros@hotmail.com 2. **Graduada** natallepereira@yahoo.com.br 3. **Graduando** bruno.nascimento18@hotmail.com 4. **Graduando** mardsondsl@gmail.com 5. **Doutoranda** rafaelagimenes33@gmail.com 6. **Doutor** teixeirarenato@globo.com – Universidade do Estado do Pará (Uepa) Campus XII, Santarém/PA, Brasil.

Correspondência

Átila Barros Magalhães – Rua Afonso Pena 808, Aeroporto Velho CEP 68010-140. Santarém/PA, Brasil.

Declararam não haver conflito de interesse.

Entendida como o estudo da conduta e do caráter, a ética consiste em determinar o que é bom ou valioso para indivíduos, grupos e a sociedade em geral. Assim, atos considerados éticos refletem compromissos com padrões que estão além das preferências pessoais, os quais indivíduos, profissões e sociedades empenham-se em alcançar¹.

A ética é inerente à prática dos profissionais de saúde, no contexto dos compromissos assumidos para com pacientes e nas relações internas da própria equipe de trabalho. Inúmeros conflitos estão inseridos nos contextos citados e exigem que a análise dos fatos, problematização e decisões sejam baseadas em preceitos éticos². Essas decisões influenciarão a qualidade de vida dos indivíduos e devem ser pautadas pela sensibilidade ética e pelo raciocínio moral, levando-se em consideração vários fatores, como religião, educação, cultura e vivências do paciente². Nessa perspectiva, a visão integral do fisioterapeuta permite atravessar a barreira do tecnicismo enraizado na ciência médica e, por consequência, legitimar a importância e a eficácia do tratamento humanizado³.

Entre a assistência e a docência, existe a necessidade de o professor fisioterapeuta incluir o ensino da ética como recurso pedagógico no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, podem ser problematizados dilemas contemporâneos como forma de se associar a teoria e a prática vivida pelos alunos tanto no presente quanto no futuro⁴. Assim, será possível formar um profissional comprometido em teorizar e praticar a ética dos seres humanos no contexto do processo de globalização. Em suma, este estudo buscou esclarecer *“como são a percepção, o interesse e os níveis de conhecimento sobre ética em fisioterapia entre professores do curso de fisioterapia da Universidade do Estado do Pará (Campus XII)”*.

Método

Trata-se de estudo do tipo quantitativo, descritivo e transversal aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Campus XII/Uepa (Parecer 907.874) – e realizado na própria universidade. No total, há 19 professores fisioterapeutas do curso de fisioterapia, e a amostra foi composta por 18 deles.

Como instrumento de pesquisa, utilizamos um questionário de 21 questões criado pelos autores, com base em questionário preexistente⁵. Não descrevemos propriedades psicométricas, pois

neste estudo não foram gerados escores. As questões foram divididas nos seguintes eixos: Interesse, Percepção e Níveis de conhecimento. Interesse englobou as questões 1, 2 e 3; Percepção, as questões de 4 a 12; e, por fim, Níveis de conhecimento, entre 13 e 21.

Inicialmente, os pesquisadores solicitaram à secretaria de cursos da Uepa-Santarém a lista com os contatos dos docentes fisioterapeutas. Em seguida, foi feito o telefonema inicial para confirmar a participação do professor na pesquisa e, posteriormente, o encontro dos pesquisadores com cada docente para as explicações necessárias e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), além da aplicação do questionário, respondido pelos voluntários de forma autoadministrada, isto é, sem interferência dos pesquisadores.

Os dados da avaliação quantitativa, apresentados em tabelas, foram organizados e processados segundo medidas da estatística descritiva, frequência absoluta e relativa, obtidas pelo programa Microsoft Excel 2013. Posteriormente, alguns dados foram transferidos para o aplicativo BioEstat 5.3 para analisarmos a distribuição de probabilidade das variáveis por meio do teste G, considerando $p < 0,05$.

Resultados e discussão

A pesquisa envolveu 18 fisioterapeutas docentes do curso de graduação de fisioterapia, ou seja, 94,73% da população total de 19 docentes. A seguir são apresentados os resultados de cada questão, separados pelos eixos correspondentes.

A primeira pergunta revela que 50% ($n = 9$) realizaram completamente a leitura do Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (CEDF)⁶, resultado que não corroborou as pesquisas de Vieira e Neves⁷ e Almeida e colaboradores⁸, nas quais educadores médicos afirmam ter lido parcialmente o código de ética de sua profissão: 62% ($n = 75$) e 86,2% ($n = 87$), respectivamente. Chama atenção o fato de que, se somarmos a quantidade de educadores que o leram parcialmente e os que nunca o leram, se teria o mesmo quantitativo de docentes que leram totalmente o código 50% ($n = 9$).

Embora os resultados não apresentem níveis de significância estatística, vale ressaltar que o conhecimento escasso ou o desconhecimento de alguns fisioterapeutas professores da Uepa sobre as regras da classe pode resultar em atitudes anti-éticas para com seus colegas de profissão e alunos. Ou seja, o empobrecimento de seus conhecimentos

Tabela 1. Distribuição das respostas do eixo Interesse entre docentes fisioterapeutas da Uepa-Santarém

Questão	n	%	p
1. Você já leu o Código de Ética da Fisioterapia, alguma vez, nos últimos três anos?			
Sim, completamente	9	50	0,1146
Sim, parcialmente	7	39	
Não/Nunca	2	11	
2. Com que frequência você se atualiza acerca do tema?			
Mensal	1	5	0,1681
Semestral	7	39	
Anual	5	28	
Não me atualizo	5	28	
Não se aplica (nunca leu)		0	
3. Qual(is) é(são) a(s) sua(s) principal(is) fonte(s) de atualização sobre o tema?			
Internet	14	77	< 0,0001*
Eventos científicos	1	6	
Livros, revistas especializadas	1	6	
Outro	0	0	
Não se aplica	2	11	

*Resultados significativos para o teste G.

compromete a qualidade do ensino ofertado aos alunos, os quais podem estar sujeitos a receber informações insuficientes e desatualizadas⁵.

Ainda na questão 1, o fato de 2 docentes (11%) relatarem não ter lido o código de ética nos últimos três anos nos faz refletir sobre o fato de não exercerem a profissão na prática clínica, ou ministrarem disciplinas aplicadas a técnicas específicas de fisioterapia, o que, ainda assim, não justificaria a resposta, uma vez que o foco é a formação discente e seu futuro profissional.

Em relação à segunda questão, verificou-se que a maior parcela, 39% (n = 7), busca atualização semestral sobre o CEDF. Mesmo que a questão não apresente nível considerável de significância estatística, os dados são preocupantes, pois os 28% (n = 5) que não se atualizam sobre o tema representam quantitativo próximo ao número de docentes que o fazem semestralmente.

Esse resultado também não concorda com o estudo de Vieira e Neves⁷, no qual relatam que a maioria dos docentes de medicina (34,7%; n = 42), em uma população de 121 entrevistados, raramente se atualiza sobre o tema “ética”. Em sua análise, tanto Almeida e colaboradores⁸ quanto Freire⁹ consideram importante o empenho dos docentes na busca do que é novo, não somente para aumentar o nível de conhecimento em sua formação, mas para maior embasamento ao compartilhar saberes atualizados com os discentes.

Na questão 3, observou-se que a maioria (77%; n = 14) usa a Internet como principal fonte

de atualização sobre o tema “ética em fisioterapia”, resultado diferente do estudo de Vieira e Neves⁷, no qual 60% dos docentes de medicina citaram *eventos científicos, livros e revistas especializadas* como principal forma de atualização. Nosso resultado pode ser justificado por fatores como o avanço da tecnologia da informação – o que facilitou o acesso às informações entre a população –, além do suporte informacional que a universidade proporciona aos professores. Assim, é possível atualizarem-se e desenvolverem novas estratégias educacionais e incluí-las para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem⁵.

Na quarta questão, 50% (n = 9) optaram pela “nota 4” quanto à classificação do conhecimento sobre ética em fisioterapia, fato que pode ser relacionado com a Tabela 1, em que a maior parcela dos participantes (50%) afirmou já ter lido inteiramente o código de ética da profissão e se atualizar sobre o tema semestralmente (39%).

Na questão 5, ao serem indagados se as atitudes éticas são determinadas exclusivamente por caráter e personalidade, a maioria dos entrevistados – 94% (n = 17) – respondeu que “*Não, mas caráter e personalidade influenciam*”, e apenas 6% (n = 1) escolheram “*Não, caráter e personalidade nada influenciam*”.

Coelho¹⁰ reforça a necessidade do diálogo sobre ética entre alunos e professores, pois revelou que alunos do curso de fisioterapia (74,6%; n = 44) também reconhecem a influência tanto do caráter quanto da personalidade em suas atitudes éticas.

Tabela 2. Distribuição das respostas do eixo Percepção entre docentes fisioterapeutas da Uepa-Santarém

Questão	n (amostra)	%	p
4. Como você classifica seu conhecimento sobre ética em fisioterapia, de 1 a 5 pontos (sendo 1 a menor nota e 5 a maior)?			
Nota 1	1	6	< 0,0071*
Nota 2	0	0	
Nota 3	7	38	
Nota 4	9	50	
Nota 5	1	6	
5. Você acha que atitudes profissionais envolvendo ética são determinadas exclusivamente pelo caráter e pela personalidade do indivíduo?			
Sim	0	0	< 0,0004*
Não, mas caráter e personalidade influenciam	17	94	
Não, caráter e personalidade nada influenciam	1	6	
6. Com relação a seus colegas de profissão, você ficou sabendo ou vivenciou algum exemplo que fosse considerado de má conduta ética por parte deles?			
Sim, vivenciei	11	61	0,4795
Sim, fiquei sabendo	7	39	
Não	0	0	
7. Em geral, você leva em consideração a postura ética de seus alunos em suas avaliações?			
Sim	17	94	< 0,0004*
Não	1	6	
8. Na sua opinião, a avaliação é feita de forma adequada, justa e imparcial?			
Sim	12	66	< 0,0111*
Não	3	17	
Não se aplica	3	17	
9. Você já cometeu alguma atitude considerada de má conduta ética com relação a colegas ou paciente?			
Sim	4	22	0,1353
Não	10	56	
Não lembro/Não sei/Não se aplica	4	22	
10. Você acha que o estudante de fisioterapia deve ser punido caso faça algo que fira os princípios da ética em fisioterapia durante suas atividades acadêmicas?			
Sim	14	78	< 0,0339*
Não	4	22	
11. Quão importante você julga ser a ética em fisioterapia para sua formação como fisioterapeuta? (1 a 5)			
Nota 1	1	6	< 0,0003*
Nota 2	0	0	
Nota 3	0	0	
Nota 4	3	16	
Nota 5	14	78	
12. Em que época você acha que o ensino da ética em fisioterapia deveria ser inserido/abordado no currículo da graduação?			
1º ano	3	17	< 0,0104*
2º ano	1	5	
3º ano	3	17	
4º ano	0	0	
5º ano	0	0	
Todos os anos	11	61	
Tanto faz	0	0	

*Resultados significativos para o teste G.

Diante disso, é nítida a necessidade da reflexão crítica por parte do educador a respeito do seu modo de ser, com a finalidade de mudar suas atitudes e direcionar essas mudanças também para o processo de ensino-aprendizagem, incentivando estratégias pedagógicas que liguem teoria e prática a partir de conceitos éticos e morais existentes^{11,12}, pois cada indivíduo reflete suas escolhas, atitudes e o modo de se relacionar com os outros na sociedade¹³.

Na sexta questão, 61% (n = 11) responderam já ter vivenciado algum exemplo de má conduta ética por parte de seus colegas de profissão. Nesse tipo de situação, é possível que pacientes se tornem vítimas da má conduta ética dos profissionais, algo que pode comprometer inclusive a qualidade do atendimento. Os indivíduos, neste caso, correm o risco de ter o direito à saúde de qualidade cerceado por conta da negligência de certos profissionais⁵.

Na verdade, profissionais de saúde devem olhar o paciente e interpretá-lo como um todo inserido em um contexto social; um indivíduo com direito a tratamento humanizado, fruto da perspectiva holística e não das raízes tecnicistas da formação histórica da profissão¹⁴, a qual, em algum momento, considerou em suas práticas a separação entre corpo e mente defendida por Descartes¹⁵. No ambiente de trabalho, por vezes, a prática de comportamentos antiéticos é omitida entre colegas em nome da manutenção da harmonia, da permanência em áreas de estágios ou ainda pelo medo de gerar qualquer conflito¹⁶.

Atualmente, é crescente a necessidade da humanização entre equipes de trabalho, baseada no respeito ao conhecimento de cada um e disposição para o diálogo^{16,17}. Além disso, diante da presença de discentes em determinadas situações, pode haver interpretação de que a omissão e a não punição desses tipos de comportamento acabem sendo ser reproduzidas sem preocupação alguma no convívio com colegas⁵. Coelho¹⁰ constatou que discentes do curso de fisioterapia já vivenciaram situações de má conduta ética por colegas (35,6%; n = 21) ou ficaram sabendo de tal prática (35,6%; n = 21).

Na questão 7, a maioria (94%; n = 17) mostrou que leva em consideração a postura ética dos discentes em suas avaliações, enquanto apenas 6% (n = 1) não levam em conta esse parâmetro. Os dados da questão são confirmados pela pesquisa de Coelho¹⁰, uma vez que a maior parcela dos discentes (69,5%; n = 41) da instituição do estudo em questão afirma que os professores levam em consideração a postura ética dos alunos nas avaliações.

Na questão 8, 12 entrevistados (66%) responderam “sim” quando perguntados se as avaliações são feitas de forma adequada, justa e parcial. Em contrapartida, 3 responderam “não” (17%), dado considerado preocupante. Esse fica evidente no estudo de Coelho¹⁰, no qual 33,9% (n = 20) dos alunos da fisioterapia julgam parciais e injustas as avaliações dos docentes.

A avaliação deve ser baseada no respeito, na imparcialidade, isenta de qualquer comparação entre alunos, e de forma alguma pode classificar o discente como bom ou ruim¹⁸. Na verdade, discriminar e desmoralizar o aluno impede o professor de avaliá-lo democraticamente; portanto, é de suma importância a coerência do docente, até mesmo para não ferir a autoestima do aluno. Uma opção é realizar a avaliação conjunta entre professor e estudante por meio do diálogo, visto que o docente deve tentar estabelecer parceria com o aluno no intuito de construir uma relação de ensino-aprendizagem compartilhada, e não apenas se concentrar exclusivamente na própria percepção de desempenho daquele sob sua tutela⁹.

Na nona questão, 10 docentes (56%) responderam “não” quando foi-lhes perguntado se já cometeram alguma atitude considerada antiética com alunos ou colegas de profissão. No contexto da população estudada, possíveis atitudes desrespeitosas de alguns docentes para com colegas podem culminar na deterioração da coesão do grupo e gerar consequências danosas à convivência harmoniosa e à representatividade política e social da classe. Isso pode enfraquecer e desarticular os profissionais, dificultando a luta em favor do interesse coletivo, dando espaço para alguns burlarem os direitos e demandas do bem comum em prol da satisfação de interesses pessoais⁵. Essa realidade revela a dificuldade em cumprir o que Rousseau¹⁹ chamou de “contrato social”, no qual seria instituído um pacto invariável entre todos para que os interesses da coletividade fossem soberanos em relação às necessidades pessoais dos sujeitos.

Sabendo que docentes são tidos como referência ética e moral para alunos, professores precisam estar atentos às palavras e ações adotadas e usar seu próprio erro para orientar estudantes quanto à conduta correta, uma vez que é possível que os discentes não tenham criticidade suficiente para tanto. O fato de os alunos terem presenciado atitudes antiéticas por parte de seus professores foi relatado por Magalhães, Santos e Souza⁵, que mostraram que 42,16% de alunos de medicina tinham vivenciado situações de má conduta ética por parte de seus

preceptores; Almeida e colaboradores⁷ também relataram que 70,6% dos alunos já tinham presenciado atitudes inadequadas de seus educadores ao lidar com pacientes. Os dados indicam a necessidade urgente de novas pesquisas, pois a deterioração ético-moral pode ser incipiente e estar sendo legitimada na própria universidade.

Na questão 10, quando questionados se concordam ou não com o fato de o estudante ser punido por alguma má conduta ética praticada na graduação, a maioria (78%; n = 14) respondeu “sim”. No estudo de Coelho¹⁰, a maior parcela de alunos da fisioterapia (77,78%) também respondeu que o estudante deve ser punido. Os quatro docentes (22%) que acreditam que alunos não devem ser punidos podem em algum momento fazer uma avaliação injusta, parcial e “deixar passar” certas atitudes antiéticas dos alunos. Nossa opinião é que, independentemente de haver ou não punição, estudantes devem ser orientados quanto às melhores condutas profissionais e sobre os limites que os cercam⁵. Nesse contexto, sugerimos uma versão do código de ética voltada para discentes²⁰, ou ainda uma análise profunda e crítica do código de ética de modo a inserir o aprendizado ético desde o período de formação até as situações futuras da vida profissional do aluno²¹.

A questão 11 referia-se ao nível de importância que a ética em fisioterapia exerce na formação dos fisioterapeutas, e a maioria (78%; n = 14) atribuiu “nota 5”. Esse dado pode estar ligado a algum incentivo apresentado por professores no tempo da graduação, e hoje, como docentes, cabe a eles apresentar aos alunos a ética como elemento-base²².

Para Freire⁹, o professor não deve se ater à mera transferência, mas, sim, compartilhar conhecimento com os alunos a partir do saber e experiência de ambas as partes, além de incentivar a criticidade política e ideológica. Caso contrário, a educação se torna do tipo “bancária” e mesquinha, pois o docente seria uma máquina que apenas comunica a informação, e o educando, um mero depósito de conhecimentos que só reproduz o que lhe foi dito. O autor concorda com Piaget²³ ao afirmarem, ambos, que o saber é formado não pela simples reprodução de palavras, mas pelo processo de construção de conhecimento por meio da assimilação.

Reforçando a criticidade pensada por Freire⁹, é muito importante o engajamento político dos educadores fisioterapeutas da Uepa na luta por seus direitos, tendo em vista a representatividade da classe inserida no mundo globalizado e o sistema neoliberal, que reforça o tecnicismo, substituindo

a ética do indivíduo pela ética da mercantilização. Essa afirmação corrobora a ideia de Marx e Engels²⁴, que valorizam a união da classe trabalhadora diante da metamorfose política e social que tem potencial de escravizar e alienar o ser humano. No despertar da consciência política, a fundamentação filosófica e antropológica de equipe multidisciplinar é essencial⁵. Foucault²⁵, por exemplo, afirmava que por si só as relações de poder já instigam o desejo pela busca da liberdade humana, e isso se intensifica quando essas relações estão cristalizadas sem o entendimento entre as partes – ou seja, o anseio de resistência perante a dominação aflora diante desse contexto que o autor chama de “estados de dominação”.

Trazer o debate da ética para a sala de aula significa não somente contribuir para a formação pessoal do aluno, tirando-o do estado de alienação política – condição frequentemente encontrada em nossa classe –, mas também consolida a construção de trabalhadores politizados, comprometidos e preparados para lidar com todas as esferas da atenção à saúde¹².

Na última questão do eixo Percepção, a maioria (61%; n = 11) respondeu que há necessidade de ensino da ética em fisioterapia em todos os anos da graduação. Coelho¹⁰ mostra o mesmo anseio dos alunos: 55,9% (n = 33) acham necessário o ensino da ética em todos os semestres. A mudança no projeto político pedagógico pode suprir essa demanda, já que atualmente disciplinas voltadas a ética estão presentes até o terceiro ano, e é a partir desse período que há mais contato dos alunos não somente com seus colegas de turma e professores, mas principalmente com pacientes nos estágios. Uma opção é inserir componentes curriculares que discutam a ética em fisioterapia no início do curso, utilizando as mais diversas metodologias de ensino-aprendizagem – preferencialmente ativas –, e depois contextualizá-la em outras disciplinas para que a temática se torne transdisciplinar até o fim da graduação, com base no instrumento didático chamado transversalidade⁴, que cria um elo entre teoria aprendida sistematicamente e acontecimentos da coletividade no dia a dia²⁶.

Outro elemento a ser considerado são as metodologias ativas, que representam algo inovador na docência^{12,27}. Esse recurso pedagógico, que aborda a problematização da realidade, foi utilizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), caso em que permitiu correlacionar o saber teórico com a vivência prática mediante técnicas didáticas, como círculos de conversa e problematização de

Tabela 3. Distribuição das respostas do eixo Níveis de conhecimento entre docentes fisioterapeutas da Uepa-Santarém

Questão	n (amostra)	%	p
13. O CEDF normatiza relações entre fisioterapeutas e enfermeiros, médicos e outros profissionais?			
Sim (errada)	14	78	< 0,0339*
Não (correta)	4	22	
14. Fisioterapeutas, médicos, enfermeiros e outros profissionais da área da saúde estão submetidos ao CEDF?			
Sim (errada)	1	6	< 0,0004*
Não (correta)	17	94	
15. O CEDF é punitivo?			
Sim (errada)	11	61	0,4795
Não (correta)	7	39	
16. O CEDF trata diretamente de sigilo profissional?			
Sim (correta)	17	94	< 0,0004*
Não (errada)	1	6	
17. O CEDF trata diretamente de greve dos fisioterapeutas?			
Sim (errada)	3	17	< 0,0095*
Não (correta)	15	83	
18. Pode o fisioterapeuta prescrever tratamento fisioterapêutico sem a realização de consulta?			
Sim (correta)	3	17	< 0,0095*
Não (errada)	15	83	
19. O CEDF trata diretamente sobre honorários da fisioterapia?			
Sim (correta)	4	22	< 0,0039*
Não (errada)	14	78	
20. Ao prescrever um exercício ou preencher um prontuário de forma ilegível, o fisioterapeuta infringe um artigo do CEDF?			
Sim (correta)	13	72	< 0,0009*
Não (errada)	5	28	
21. Pode o fisioterapeuta dar consulta ou prescrever tratamento fisioterapêutico de forma não presencial?			
Sim (correta)	3	17	< 0,0095*
Não (errada)	15	83	

*Resultados significativos para o teste G.

casos. A educação por meio da aprendizagem baseada em problemas (PBL, *problem-based learning*) é mais uma forma de instigar reflexão, criticidade na discussão e resolução coerente das situações-problema a partir da interação entre grupos⁴. A problematização transforma a vida dos seres humanos, demonstrando que não é um mero artefato histórico, mas, sim, o maior detentor da capacidade de se reinventar, de solucionar problemas e lidar com dilemas contemporâneos, frutos da globalização e, assim, recriar não só a sua, mas também a história da sociedade na qual se insere⁹.

Na primeira pergunta desse eixo – se o CEDF estabelece ou não normas para as relações entre fisioterapeutas e outros profissionais –, a maioria (78%; n = 14) escolheu a alternativa incorreta. O artigo 1º da Resolução Coffito 424⁶ revela que o CEDF aborda questões sobre os deveres éticos do fisioterapeuta, e não sobre as relações desse profissional com qualquer outro.

Na questão 14, questionamos se outros profissionais estão ou não submetidos ao CEDF, e 17 docentes (94%) escolheram a opção correta. Por saberem que fazem parte de uma classe trabalhadora – e, portanto, que precisam seguir normas específicas para o exercício da profissão –, os participantes podem ter chegado à conclusão correta, definida na Resolução Coffito 424⁶.

Na questão 15, quando interrogados se o CEDF é punitivo ou não, 11 (61%) responderam erroneamente. Mesmo que os resultados não tenham nível considerável de significância estatística, supõe-se que a maior parte dos docentes errou ao responder o questionamento em virtude de o CEDF ser um dispositivo legal e tratar das regras que regem a profissão.

Na questão 16, 17 (94%) escolheram corretamente quando questionados se o CEDF trata do sigilo profissional. Os educadores podem ter sido influenciados a optar pela resposta correta assegurada

no Capítulo VI da Resolução 424⁶, por conta de suas vivências tanto em sala de aula quanto em estágios e ambientes de trabalho, nos quais dados referentes a pacientes e tratamentos são e devem ser resguardados. É importante ressaltar que três docentes não leram o CEDF nos últimos três anos.

Na décima sétima questão, que aborda a greve da classe, 15 participantes (83%) responderam corretamente. A atual conjuntura política e social, em que greves e protestos são recorrentes, pode ter levado os outros 3 (17%) a optar pela resposta errada⁵.

Ao serem interrogados se os fisioterapeutas podem ou não prescrever a terapêutica sem a realização de consulta, 83% (n = 15) dos entrevistados escolheram a opção errada. Mais uma vez, a maior parte dos docentes fisioterapeutas da pesquisa mostraram desconhecimento sobre um dos aspectos abordados no código de ética, que é a prescrição sem obrigatoriedade de consulta prévia.

Na questão 19, referente à presença dos honorários no CEDF, 14 participantes (78%) responderam de forma incorreta. Por mais que os honorários sejam do interesse da classe, tema de discussão dentro e fora da universidade, os docentes responderam erroneamente. O CEDF⁶ dispõe de um capítulo específico sobre honorários, estabelecendo o que considera direito profissional e sinalizando o que é vetado à classe a respeito de procedimentos fisioterapêuticos.

Quando questionados se letras ilegíveis correspondem ou não a uma infração no CEDF (questão 20), 13 (72%) responderam corretamente, o que indica que a maioria dos educadores de nosso estudo sabe que, ao prescrever um exercício ou preencher um prontuário de forma ilegível, o fisioterapeuta fere o CEDF e, acima de tudo, os direitos do paciente⁵.

Na questão 21, sobre o fisioterapeuta dar consulta ou prescrever tratamento fisioterápico de forma não presencial, 15 (83%) escolheram a alternativa incorreta. Essa prática pode ser danosa para o paciente, que corre o risco de não ter as informações completas sobre seu caso, podendo até mesmo passar a não assumir o compromisso de ir ao consultório, já que o fisioterapeuta é autorizado a dar consulta de forma não presencial. Além de problemas relativos a qualidade e efetividade do atendimento, o nível de produtividade do profissional também pode ser afetado, pois a tendência é que haja aumento na tentativa de se obter consultas gratuitas.

No eixo Interesse, os resultados são satisfatórios, pois 50% dos docentes fisioterapeutas da Uepa já leram todo o CEDF e frequentemente se atualizam sobre esse tema por meio de recursos como a Internet. Dessa forma, demonstraram empenho em acompanhar a evolução dos aspectos legais da profissão, tendo em vista a aquisição de novos conhecimentos para si e para compartilhá-los com os alunos.

No eixo Percepção, evidenciou-se que vários docentes do estudo possuem alto nível de conhecimento sobre ética em fisioterapia e reconhecem a necessidade da ética nas relações profissionais, na assistência e no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo com essas informações, somadas aos achados do eixo Interesse, observou-se que alguns professores não valorizam os preceitos ético-morais em sua totalidade, pois têm atitudes de natureza antiética, ou ainda deixam a desejar quando, no eixo Níveis de conhecimentos, erram parte das questões que apontam a necessidade de maior aprofundamento sobre o CEDF, elemento norteador do exercício da profissão.

Os resultados relacionados às respostas erradas são preocupantes, uma vez que docentes precisam conhecer o CEDF para o exercício legal da profissão, seja como professores ou como profissionais de fisioterapia. Destaca-se ainda aspecto controverso implícito aos erros nas respostas escolhidas por aqueles que participaram da pesquisa, especialmente quando se comparam tais resultados com a questão 2, em que a maioria afirma se atualizar semestralmente sobre o tema “ética em fisioterapia”.

Por fim, é importante relatar como limitação principal deste estudo a impossibilidade óbvia de generalizar seus resultados, haja vista a relativa restrição da amostra, já que apenas uma única instituição de ensino superior participou da pesquisa. A ausência de validação prévia do questionário utilizado também deve ser citada, a despeito da adaptação de outros instrumentos e da idealização própria de novos itens.

Considerações finais

A partir dos resultados encontrados nos questionários, constatou-se a falta de conhecimento de algumas resoluções do sistema Coffito/Crefito, fato que conseqüentemente afeta o cotidiano profissional, permeando as relações dos professores de fisioterapia da Uepa no que diz respeito às relações

fisioterapeuta-paciente e fisioterapeuta-fisioterapeuta. Embora esse desconhecimento nunca deixe de existir totalmente, é importante identificar sua presença, indicando, inclusive de forma quantitativa, quais são seus aspectos e consequências negativas, na tentativa de minimizá-los, evitando-se gerar ciclo vicioso passado de geração a geração.

Finalmente, suscitar o interesse pelo debate ético, comparar aspectos específicos de opinião e

de vivência do grupo de professores de fisioterapia da Uepa, além de investigar o nível de conhecimento sobre aspectos legais da profissão, pode ser uma forma de não somente apontar os déficits, mas principalmente contribuir para melhorias políticas e sociais na área de saúde e educação, nas quais todos os envolvidos devem refletir sobre os conceitos que os acompanharão em sua formação profissional e no cuidado humanizado para com o outro.

Referências

1. Gerber VKQ, Zagonel IPS. A ética no ensino superior na área da saúde: uma revisão integrativa. *Rev. bioét. (Impr.)*. 2013;21(1):168-78.
2. Schneider DG. Discursos profissionais e deliberação moral: análise a partir de processos éticos de enfermagem [tese]. Florianópolis: UFSC; 2010 [acesso 10 jun 2015]. Disponível: <http://bit.ly/1V9UtVr>
3. Silva ID, Silveira, MFA. A humanização e a formação do profissional em fisioterapia. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011;16(1):1535-46.
4. Amorim KPC, Araújo EM. Formação ética e humana no curso de medicina da UFRN: uma análise crítica. *Rev Bras Educ Méd*. 2013;37(1):138-48.
5. Magalhães AB, Santos JCP, Souza ZM. Ética médica: interesse, percepção e níveis de conhecimento entre alunos do curso de medicina em uma universidade no interior da Amazônia brasileira [TCC]. Santarém: Universidade do Estado do Pará; 2013.
6. Brasil. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução 424, de 8 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. [Internet]. 2013 [acesso 10 jun 2015]. Disponível: <http://bit.ly/1F3LNo2>
7. Vieira PSPG, Neves NMBC. Ética médica e bioética no curso médico sob o olhar dos docentes e discentes. *O Mundo da Saúde*. 2009;33(1):21-5.
8. Almeida AM, Bitencourt AGV, Neves NMBC, Neves FBCS, Lordelo MR, Lemos KM, et al. Conhecimento e interesse em ética médica e bioética na graduação médica. *Rev Bras Educ Med*. 2008;32(4):437-44.
9. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.
10. Coelho PHS. Ética em fisioterapia: interesse, percepção e níveis de conhecimento entre alunos do curso de fisioterapia em uma universidade no interior da Amazônia brasileira [TCC]. Santarém: Universidade do Estado do Pará; 2014.
11. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.
12. Ramos FRS, Brehmer LCF, Vargas MAO, Schneider DG, Drago LC. A ética que se constrói no processo de formação de enfermeiros: concepções, espaços e estratégias. [Internet]. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2013 [acesso 10 jun 2015];21(Spec):[9 telas]. Disponível: <http://bit.ly/1ULE9rT>
13. Foucault M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes; 2006.
14. Haddad JGV, Zoboli ELCP. O sistema único de saúde e o giro ético necessário na formação do enfermeiro. *O Mundo da Saúde*. 2010;34(1):86-91.
15. Descartes R. *Discurso do método: regras para a direção do espírito*. São Paulo: Hemus; 2000.
16. Silva EC, Sá AC. Dilema ético do docente de graduação em enfermagem na condução do estágio supervisionado. *Bioethikos*. 2009;3(1):52-8.
17. Rego S, Gomes, AP, Batista, RS. Bioética e humanização como temas transversais na formação médica. *Rev Bras Educ Med*. 2008;32(4):482-91.
18. Freitas ALS, Côrtes HS, Harres JBS, Campos MB, Lima VMR. *Por que falar ainda em avaliação*. Porto Alegre: Edipurs; 2010.
19. Rousseau JJ. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes; 2003.
20. Monteiro MAA, Barbosa RCM, Barroso MGT, Vieira NFC, Pinheiro AKB. Dilemas éticos vivenciados por enfermeiros apresentados em publicações de enfermagem. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2008;16(6):1054-59.
21. Dantas F, Sousa EG. Ensino da deontologia, ética médica e bioética nas escolas médicas brasileiras: uma revisão sistemática. *Rev Bras Educ Med*. 2008;32(4):507-17.
22. Badaró AFV, Guilhem D. Bioética e pesquisa na fisioterapia: aproximação e vínculos. *Fisioter Pesqui*. 2008;15(4):402-7.
23. Piaget J. *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1996.
24. Marx K, Engels F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Moraes; 1987.
25. Foucault M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. *Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004. (Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política)*

26. Silva RP, Ribeiro VMB. Inovação curricular nos cursos de graduação em Medicina: o ensino da bioética como uma possibilidade. Rev Bras Educ Med. 2009;33(1):134-43.
27. Nogueira SLP. Ética na avaliação [monografia]. [Internet]. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes; 2010 [acesso 10 jun 2015]. Disponível: <http://bit.ly/207AF4t>

Participação dos autores

Monique Natálie Silva Pereira, Bruno Nonato Pedroso Nascimento e Mardson Danilo Sousa de Lima participaram do delineamento do estudo, da aplicação do questionário e da análise dos dados. Rafaela Okano Gimenes e Renato da Costa Teixeira, além do delineamento do estudo, participaram das revisões ortográficas e de conteúdo e da produção do artigo. Átila Barros Magalhães participou de todas as etapas, na qualidade de orientador do trabalho de conclusão de curso.

Recebido: 28.7.2015

Revisado: 16.3.2016

Aprovado: 24.3.2016